

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA PRES/DG/SGP/COPEs Nº 326, DE 19 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e regimentais, ex vi do inciso XXIX, do artigo 20, do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando o que consta nos autos do SEI nº 0006815-05.2026.6.27.8000, resolve:

Art. 1º Designar o servidor UILTON BATISTA FRANCA para exercer a função comissionada de Assistente II, nível FC-2, da Seção de Anotações Partidárias, Protocolo e Expedição (SEAPEX), ficando dispensado da função comissionada que atualmente ocupa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ADOLFO AMARO MENDES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 380, DE 18 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no Processo SEI 0020885/2026, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária à servidora Núbia Solange de Carvalho da Silva, matrícula 309.924, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 20, caput, §§ 2º, inciso II, e 3º, inciso II, da Emenda Constitucional 103/2019, observado o disposto no artigo 40, § 16, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional 20/1998, combinado com o artigo 3º, caput e inciso II, §§ 1º, 2º, inciso I, 3º, 5º e 6º, da Lei 12.618/2012, alterada pela Lei 14.463/2022, com proventos calculados e reajustados na forma do artigo 26, caput, §§ 1º, 3º, inciso I, e 7º, da Emenda Constitucional 103/2019.

Des. JAIR SOARES

PORTARIA GPR Nº 382, DE 19 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no Processo SEI 0017804/2026, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral ao servidor Celso Gonçalves da Silva, matrícula 308.679, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Telefonia, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 20, caput, incisos I a IV, §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019, observada, para fins de apuração do tempo de contribuição, a conversão em tempo comum de período laborado em condições especiais reconhecido administrativamente, nos termos do Tema 942 da Repercussão Geral/STF (RE 1.014.286/SP) e das Notas Técnicas 792/2021 - SRPPS/ME e 6178/2021/ME, com as vantagens previstas no artigo 67 da Lei 8.112/1990, combinado com o artigo 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do artigo 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001, no artigo 3º da Lei 8.911/1994, combinado com o artigo 15 da Lei 9.527/1997, o artigo 5º da Lei 9.624/1998, a determinação judicial contida no MSG 2003.00.2.008895-7, os preceitos do RE 638.115/CE e o parágrafo único do artigo 11 da Lei 11.416/2006, incluído pela Lei 14.687/2023, e na Lei 11.416/2006, com proventos calculados e reajustados na forma do artigo 20, §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019, combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional 41/2003.

Des. JAIR SOARES

PORTARIA GPR Nº 383, DE 19 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no Processo SEI 0018101/2026, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral à servidora Liú Veras Cardoso, matrícula 309.227, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Serviço Social, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 20 da Emenda Constitucional 103/2019, com as vantagens previstas no artigo 67 da Lei 8.112/1990, combinado com o artigo 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do artigo 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001, além daquelas previstas na Lei 11.416/2006, com proventos calculados e reajustados na forma do artigo 20, §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019.

Des. JAIR SOARES

PORTARIA GPR Nº 389, DE 22 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, tendo em vista o contido no Processo SEI 0024712/2026, resolve:

Art. 1º Designar MICHELE ATALLA DA FONSECA, matrícula N. 314.806, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-05 da Assessoria de Gestão de Desenvolvimento Organizacional da Secretaria-Geral do TJDFT - AGD, ficando dispensada da Função Comissionada, FC-02, da referida Assessoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JAIR SOARES

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA SEG Nº 954, DE 19 DE JUNHO DE 2026

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência delegada pelo artigo 1º, inciso III, da Portaria GPR 278, de 6 de maio de 2026, com fundamento no artigo 93, inciso I, da Lei 8.112/1990, na Portaria GPR 78/2018 e em vista do contido no Processo SEI 1001162/2017, resolve:

Prorrogar a cessão da servidora ANNE CAROLINE DE FREITAS SILVA, matrícula 320.211, Analista Judiciário, Área Judiciária, Sem Especialidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 29 de agosto de 2026, para continuar exercendo o cargo em comissão de Assessor Nível V, código CC-5, na Procuradoria-Geral da República, com ônus do cargo efetivo para o cedente e do cargo em comissão para o cessionário.

CELSE DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

PORTARIA SEG Nº 958, DE 19 DE JUNHO DE 2026

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência delegada pelo artigo 1º, inciso III, da Portaria GPR 278, de 6 de maio de 2026, com fundamento no artigo 93, inciso I, da Lei 8.112/1990, na Portaria GPR 78/2018 e em vista do contido no Processo SEI 0018529/2019, resolve:

Prorrogar a cessão do servidor RENATO VIEIRA VILARINHO, matrícula 319.638, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 04 de setembro de 2026, para continuar exercendo o cargo em comissão de Assessor Nível IV, código CC-4, na Procuradoria Regional da República da 1ª Região, do Ministério Público Federal, com ônus do cargo efetivo para o cedente e do cargo em comissão para o cessionário.

CELSE DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SEGP Nº 40, DE 16 DE JUNHO DE 2026

A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no uso de sua competência delegada por intermédio da Portaria GPR 278/2026 e tendo em vista o contido no PA 0023562/2026, resolve:

Declarar vago, com base no inciso VIII do art. 33 da Lei 8.112/1990, um cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, sem Especialidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, a partir de 18 de junho de 2026, em virtude de seu(sua) ocupante, Tobias Astoni Sena, matrícula 316783, haver tomado posse em outro cargo público inacumulável.

CARMEN CECÍLIA DA FONSECA LEMES FERREIRA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA SGP Nº 353, DE 18 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do PROAD nº 17166/2025, resolve:

Conceder pensão por morte a MARISE DA COSTA BRANQUINHO, na condição de companheira do servidor aposentado SABINO LISBOA, em estrito cumprimento à decisão exarada pelo Órgão Especial deste Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, nos autos do Processo n.º 0112172-56.2025.5.01.0000 (MSCiv), com duração vitalícia,correspondente à totalidade do valor apurado do benefício, na forma do artigo 23, caput e § 4º, da Emenda Constitucional n.º 103/2019, que totalizará 60% (sessenta por cento) dos proventos, com efeitos a contar de 13 de setembro de 2025, nos termos dos artigos 16, inciso I; 74, inciso I; e 77, § 2º, inciso V, alínea c, item 6, da Lei n.º 8.213/1991, com redação da Lei n.º 13.135/2015, e alterado pelo artigo 1º, inciso VI, da Portaria ME n.º 424/2020, e artigo 23, caput e § 4º, da Emenda Constitucional n.º 103/2019, observando-se o artigo 40, § 8º, da Constituição da República c/c o artigo 26, § 7º, da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

ROQUE LUCARELLI DATTOLI

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO PR Nº 174, DE 19 DE JUNHO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e conforme Processo PROAD 30099/2026, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora AMANDA AYUMI HOTSUTA, matrícula 189847, do cargo efetivo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com fulcro no artigo 33, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, a partir de 22/06/2026.

VALDIR FLORINDO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1.291, DE 17 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 3755/2026, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, a contar da publicação, a Portaria nº 2838, de 9-12-2025, publicada no Diário Oficial da União de 12-12-2025, que designou o servidor FABIO PICCOLI (116572), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de DIRETOR DE SECRETARIA-CJ3, na Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar, nos impedimentos legais do titular.

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

PORTARIA Nº 1.292, DE 17 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 3755/2026, resolve:

DESIGNAR, a contar da publicação, o servidor FRANCISCO ALUISIO DUARTE MOTTA (100757), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de DIRETOR DE SECRETARIA-CJ3, da Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar, nos impedimentos legais do titular.

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

PORTARIA Nº 1.301, DE 18 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 3801/2026, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, a contar da publicação, a Portaria nº 2655, de 01-12-2025, publicada no Diário Oficial da União de 05-12-2025, que designou a servidora ANITA CRISTINA DE JESUS (111112), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de ASSESSOR-CHEFE-CJ3, na ASSESSORIA DE PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E DOS DIREITOS HUMANOS, nos impedimentos legais do titular.

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

PORTARIA Nº 1.302, DE 18 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 3801/2026, resolve:

DESIGNAR, a contar da publicação, a servidora LARA GOBHARDT MARTINS BORGES FORTES (95842), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de ASSESSOR-CHEFE-CJ3, da ASSESSORIA DE PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E DOS DIREITOS HUMANOS, nos impedimentos legais do titular.

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

No Ato PRESI n.º 88, de 15 de junho de 2023, da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, publicado no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2026, Seção 2, página 64, onde se lê: "ATO PRESI Nº 88, DE 15 DE JUNHO DE 2023", leia-se: "ATO PRESI N.º 88, DE 15 DE JUNHO DE 2026".

